

**Políticas públicas e a atividade pesqueira no município de Bragança, estado do Pará,
Amazônia, Brasil**

Public policies and fishing activity in the Bragança City, Pará State, Amazon, Brazil

**Políticas públicas y actividad pesquera en el municipio de Bragança, estado de Pará,
Amazonía, Brasil**

Recebido: 13/08/2020 | Revisado: 24/08/2020 | Aceito: 04/09/2020 | Publicado: 06/09/2020

Jakson Brito Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3145-1918>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: jakson.lima@ifpa.edu.br

Marcos Ferreira Brabo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8179-9886>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: marcos.brabo@hotmail.com

Josinaldo Reis do Nascimento

ORCID: orcid.org/0000-0002-1255-1884

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil

E-mail: josinaldo.reis@ifpa.edu.br

Marcos Antônio Souza dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1028-1515>

Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil

E-mail: marcos.marituba@gmail.com

Adriana Castelo Branco de Siqueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8276-639X>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: adrianacbsiqueira@gmail.com

Maria Fernanda Brito do Amaral

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6623-3243>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: fernandaamaral.adv@hotmail.com

Resumo

O município de Bragança é responsável por um dos mais relevantes desembarques pesqueiros do estado do Pará, o que promove trabalho e renda para uma parcela significativa do seu contingente populacional. Essa condição foi propiciada por ações do poder público e da iniciativa privada que tiveram efeito direto sobre o desenvolvimento local nas últimas décadas. O objetivo deste estudo foi analisar a influência das políticas públicas das diferentes esferas administrativas sobre a atividade pesqueira em Bragança. As políticas públicas identificadas foram relacionadas temporalmente com a estruturação da cadeia produtiva da pesca a partir de registros históricos, dados de produção, relatos de atores sociais e um censo empresarial do setor. Constatou-se que as primeiras políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil ocorreram ainda no período colonial, mas se intensificaram apenas na segunda metade do século XX. Em Bragança, as esferas estadual e municipal incidiram basicamente sobre o cenário institucional da atividade, com resultados pouco efetivos sobre o seu desenvolvimento, até pelo baixo investimento. As operações de crédito para a pesca e a migração de frotas de outros estados representaram marcos no município, pois aumentaram a demanda por insumos, incrementaram o desembarque pesqueiro e viabilizaram a instalação de estabelecimentos processadores. Concluiu-se que as políticas públicas da esfera federal e a migração das pescarias do pargo *Lutjanus purpureus* e da lagosta *Panulirus* spp. do Nordeste brasileiro para a região foram as ações que mais impactaram a atividade pesqueira em Bragança, que viveu seu apogeu em termos de estruturação entre 1990 e 2005.

Palavras-chave: Desenvolvimento local; Fomento; Gestão pública; Setor pesqueiro.

Abstract

Bragança City is responsible for one of the largest fishing landings in the Pará State, which promotes work and income for a significant portion of its population. This condition was brought about by actions by public authorities and private initiative that had a direct effect on local development in recent decades. The objective of this study was to analyze the influence of public policies from different administrative instances on fishing activity in the Bragança City. The public policies identified were temporally related to the structuring of the fishing productive chain based on historical records, production data, reports from social actors and a business census of the sector. It was found that the first public policies for the fishing sector in Brazil occurred in the colonial period, but only intensified in the second half of the 20th century. In Bragança, the state and municipal instances basically focused on the institutional scenario of the activity, with little effective results on its development, even for the low

investment. Credit operations for fishing and the migration of fleets from other Brazilian states represented landmarks in the municipality, as they increased the demand for inputs, increased fishing landings and enabled the installation of processing establishments. It was concluded that the public policies of the federal instance and the migration of the fisheries of Caribbean red snapper *Lutjanus purpureus* and lobster *Panulirus* spp. from the Brazilian Northeast to the region were the actions that most impacted fishing activity in the Bragança City, which experienced its heyday in terms of structuring between 1990 and 2005.

Keywords: Local Development; Fomentation; Public management; Fisheries sector.

Resumen

El municipio de Bragança es responsable de uno de los desembarques pesqueros más grandes en el estado de Pará, que promueve el trabajo y los ingresos para una porción significativa de su población. Esta condición fue provocada por las acciones de las autoridades públicas y la iniciativa privada que tuvieron un efecto directo en el desarrollo local en las últimas décadas. El objetivo de este estudio fue analizar la influencia de las políticas públicas de diferentes ámbitos administrativos en la actividad pesquera en Bragança. Las políticas públicas identificadas estuvieron temporalmente relacionadas con la estructuración de la cadena productiva pesquera con base en registros históricos, datos de producción, informes de actores sociales y un censo empresarial del sector. Se descubrió que las primeras políticas públicas para el sector pesquero en Brasil ocurrieron en el período colonial, pero solo se intensificaron en la segunda mitad del siglo XX. Las esferas estatales y municipales se centraron básicamente en el escenario institucional de la actividad, con resultados ineficaces con respecto a la cadena de producción, incluso por la baja inversión. Las operaciones de crédito para la pesca y la migración de flotas de otros estados representaron hitos en Bragança, ya que aumentaron la demanda de insumos, aumentaron los desembarques de pesca y permitieron la instalación de establecimientos de procesamiento. Se concluyó que las políticas públicas a ámbito federal y la migración de las pesquerías de pargo colorado *Lutjanus purpureus* y la langosta *Panulirus* spp. desde el Nordeste brasileño hasta la región fueron las acciones que más impactaron la actividad pesquera en el municipio de Bragança, que experimentó su pico en términos de estructuración entre 1990 y 2005.

Palabras clave: Desarrollo local; Fomentación; Gestión pública; Sector pesquero.

1. Introdução

O termo “políticas públicas” pode ser definido como o conjunto de intervenções, tanto governamentais quanto de cunho privado, realizadas junto a uma determinada realidade social para atingir objetivos pré-estabelecidos. Após o estabelecimento dessas metas, são geradas legislações, planos, programas ou projetos que ao serem implementados devem ser submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação, inclusive pela sociedade (Secchi, 2013; Lima, Steffen & D’Ascenzi, 2018).

No Brasil, as políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro tiveram basicamente duas finalidades: incentivar o incremento da produção e ordenar a exploração dos principais estoques (Azevedo & Pierri, 2014; Dias Neto & Dias, 2015). A primeira iniciativa neste sentido foi a criação dos pesqueiros reais, áreas de farta produção demarcadas pelas autoridades do período colonial, nas quais índios eram obrigados a pescar para a alimentação de militares, religiosos e funcionários da coroa (Veríssimo, 1895).

Durante o século XX, o estímulo à pesca foi o principal objetivo das políticas públicas, em especial por meio da concessão de subsídios e da disponibilização de crédito para investir na captura e no processamento de pescado (Azevedo & Pierri, 2014; Farias et al., 2018). Contudo, a condição de sobreexploração dos principais estoques atestada nas últimas décadas evidenciou a necessidade de medidas de ordenamento para uma gestão ambiental eficiente desses recursos. Atualmente, o principal desafio é compatibilizar a manutenção da importância socioeconômica da atividade no cenário brasileiro com a sua capacidade de ser perene (Ramalho, 2014; Dias Neto & Dias, 2015; WWF, 2016).

A última estatística oficial disponibilizada pelo país, referente ao ano de 2011, indica o estado do Pará como a Unidade Federativa responsável pelo maior desembarque pesqueiro, em virtude especialmente da pesca marinha (MPA, 2013). Neste contexto, o município de Bragança desponta como um dos principais portos, inclusive de espécies que atendem ao mercado externo, como o pargo *Lutjanus purpureus* (Poey, 1866), do qual é o maior produtor nacional, e as lagostas espinhosas *Panulirus* spp. (Latreille, 1804), pescado de elevado valor econômico (Bentes et al., 2012; Partelow et al., 2018).

Em Bragança, a pesca ocorre com fins de subsistência e comerciais, tendo os peixes marinhos como protagonistas, além do pargo, a pescada gó *Macrodon ancylodon* (Bloch & Schneider, 1801), a pescada amarela *Cynoscion acoupa* (Lacepède, 1801), a gurijuba *Sciades parkeri* (Traill, 1832), o serra *Scomberomorus brasiliensis* (Collette, Russo & Zavala-Camin, 1978) e o bandeirado *Bagre bagre* (Linnaeus, 1766) apresentam volumes significativos nos

desembarques. Entre os crustáceos, o caranguejo-uçá *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) e o camarão branco *Litopenaeus schmitti* (Burkenroad, 1936) são as espécies que assumem papel de destaque (Espírito-Santo & Isaac, 2012; Silva et al., 2012; Partelow et al., 2018).

Esse volume de produção movimenta a economia local e garante trabalho e renda para uma parcela significativa do seu contingente populacional em: embarcações pesqueiras, estabelecimentos processadores de pescado, fábricas de gelo, lojas de material de pesca, estaleiros artesanais e espaços de comercialização dos produtos, além de indiretamente em postos de combustível, estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, oficinas e tornearias mecânicas. Essa condição foi propiciada por ações do poder público e da iniciativa privada que tiveram efeito direto sobre o desenvolvimento local nas últimas décadas, visto que viabilizaram a atração de investimentos e permitiram a expansão de negócios no âmbito da atividade.

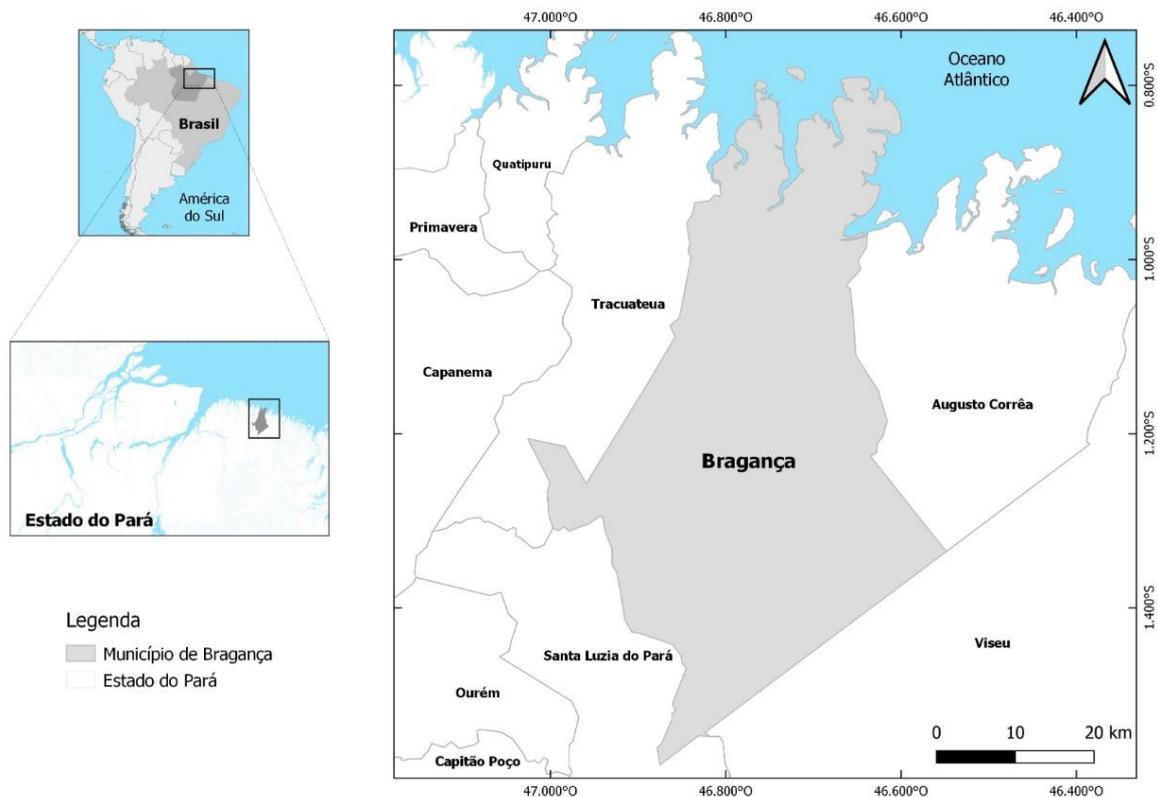
O objetivo deste estudo foi analisar a influência das políticas públicas das diferentes esferas administrativas sobre a atividade pesqueira do município de Bragança, visando balizar as tomadas de decisão de políticos dos poderes Executivo e Legislativo, gestores de órgãos públicos, agentes financeiros, organizações sociais e empresários do setor.

2. Metodologia

O estado do Pará é uma Unidade Federativa situada na região Norte do Brasil, que tem a cidade de Belém como Capital, conta com uma extensão territorial de 1.248.042 km² e uma população estimada em 8.602.865 habitantes em 2019. Está dividido em 144 municípios, distribuídos em 21 Regiões Geográficas Imediatas, que por sua vez estão agrupadas em sete Regiões Geográficas Intermediárias: Belém, Castanhal, Marabá, Redenção, Altamira, Santarém e Breves (IBGE, 2019).

O município de Bragança (01°03'13" S 46°45'46" W) está distante cerca de 200 km de Belém por via rodoviária, situado na Região Geográfica Intermediária de Castanhal e Região Geográfica Imediata de Bragança (Figura 1). Apresenta uma extensão territorial de 2.098,144 km², sendo constituído por seis distritos: Bragança, Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Tijoca e Vila do Treme (IBGE, 2019).

Figura 1. Localização geográfica do município de Bragança, estado do Pará, Amazônia Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A população deste município foi estimada em 127.686 mil habitantes em 2019, seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* foi de R\$ 8.985,82 em 2017 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,600 em 2010, enquanto o estado do Pará obteve R\$ 18.549,00 e 0,646, respectivamente (IBGE, 2019; Pará, 2019). Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas em Bragança, a pesca assume papel de destaque na geração de trabalho e renda. A produção desembarcada em seus portos é responsável pelo abastecimento do mercado local, comercializada para outros estados brasileiros e até exportada, principalmente para os Estados Unidos (Pará, 2018).

Esta pesquisa, segundo Minayo, et al., (2020, p. 26) é caracterizada como exploratório-descritiva, foi realizada entre setembro de 2018 e março de 2020, sendo iniciada com o levantamento de políticas públicas das esferas federal, estadual e municipal com influência sobre a atividade pesqueira, como: ações de fomento, estabelecimento de marcos regulatórios, criação de órgãos especializados no âmbito do Poder Executivo, definição de tributações diferenciadas de outras atividades econômicas, entre outras. Posteriormente, foram

levantados dados secundários para balizar a evolução do desembarque e da estruturação da cadeia produtiva da pesca no município de Bragança, assim como uma série histórica da produção de pescado do estado do Pará, da região Norte e do Brasil.

A relação das políticas públicas com o desenvolvimento do setor foi verificada por meio de entrevistas com atores sociais da cadeia produtiva, em atividade ou com atuação pretérita, como: representantes de organizações sociais de pescadores artesanais e armadores de pesca, bem como técnicos de órgãos de fomento, ambientais e de assistência técnica e extensão rural. As questões que integravam o roteiro das entrevistas eram relativas aos desdobramentos no setor pesqueiro das políticas públicas implementadas, como: operações de crédito rural, medidas de ordenamento para as pescarias, contratação de profissionais especializados por parte do poder público municipal, melhoria da infraestrutura dos portos de desembarque e dos espaços públicos de comercialização, entre outras.

A escolha dos entrevistados ocorreu através da técnica de amostragem não probabilística conhecida como “amostragem por redes” ou “bola de neve (*snowball*)”, onde os elementos seguintes da amostra foram recrutados a partir da rede de conhecidos dos elementos já abordados. Esta metodologia determina que assim que as respostas dos atores sociais se tornarem repetitivas foi alcançado o ponto de saturação das mesmas, não havendo necessidade de ampliação da amostra (Minayo, et al., 2020).

Para retratar o cenário atual da atividade pesqueira no município de Bragança, foi realizada uma consulta junto ao setor de tributos da Prefeitura Municipal, sobre a quantidade, o nome fantasia, a data da abertura e o capital social de estaleiros artesanais, fábricas de gelo, postos de combustível voltados ao abastecimento de embarcações, estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, estabelecimentos comerciais de materiais para confecção de apetrechos de pesca, tornearias mecânicas, empresas de captura, estabelecimentos processadores e empreendimentos de distribuição de pescado. Em seguida, essas informações foram ratificadas em observações de campo, em visitas realizadas nos endereços constantes no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Por fim, os dados obtidos referentes a políticas públicas das diferentes esferas administrativas foram apresentados em quadros temáticos, enquanto as produções pesqueiras nacional, regional e estadual foram demonstradas em tabelas. A relação entre a estruturação da cadeia produtiva da pesca no município de Bragança e as políticas públicas identificadas considerou a temporalidade histórica constante nos registros analisados, dados de desembarque, relatos de atores sociais e no censo empresarial do setor.

3. Resultados e Discussão

As principais políticas públicas para o setor pesqueiro identificadas por este estudo foram divididas em três fases, assim denominadas: 1) O início das políticas públicas para o setor pesqueiro - do Período Colonial à 1961; 2) O fomento e o incremento de demandas do setor - de 1962 a 2002; e 3) A robustez institucional e o seu declínio - de 2003 aos dias atuais. Esta classificação foi efetuada com base em fatos que mudaram os rumos das ações direcionadas à atividade na esfera federal, como a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) em 1962 e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) em 2003.

3.1 O início das políticas públicas para o setor pesqueiro - do Período Colonial à 1961

As primeiras políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil datam do período colonial, onde a criação dos “pesqueiros reais” e a regulamentação da pesca da baleia assumem papel de destaque (Veríssimo, 1895; Giulietti & Assumpção, 1995; Cardoso, 2009). Nesta época, a pesca ainda não possuía uma representação institucional relevante no âmbito da agenda governamental, ou seja, não havia uma destinação substancial de recursos infraestruturais, humanos e financeiros, o que passou a ocorrer somente em 1962, com a criação da SUDEPE (Dias Neto & Dias, 2015).

Importante ressaltar que as esferas estadual e municipal não contaram com políticas públicas relevantes neste período. O Quadro 1 apresenta a cronologia das principais ações voltadas para o setor pesqueiro do Brasil até 1961.

Quadro 1. Cronologia das principais políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil antes da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Ano	Política pública
<i>Esfera federal</i>	
Período colonial	Criação de “pesqueiros reais”, áreas de farta produção pesqueira utilizadas na alimentação de militares, religiosos e funcionários da Fazenda Real.
1614	Estabelecimento do monopólio da pesca da baleia.
1765	Reestruturação do monopólio da pesca da baleia.
1772	Regulamentação da importação de sal para conservação de pescado.
1798	Concessão de alvarás para construção e armação de embarcações, bem como para a transformação de pescado.
1801	Extinção do monopólio da pesca da baleia.
1846	- Divisão dos pescadores em “Distritos de pesca”, com obrigatoriedade de matrícula, o que se constituiu nos embriões das “Colônias de pesca”; - Estabelecimento da responsabilidade administrativa da pesca para o Ministério da Marinha.
1912	- Transferência de parte da responsabilidade administrativa da pesca para o Ministério da Agricultura, com a criação da Inspetoria de Pesca, que teve a função de levantar as principais espécies exploradas. - O Ministério da Marinha continuou encarregado pela organização dos pescadores, embarcações, colônias e pela fiscalização da atividade.
1917	Extinção da Inspetoria de Pesca, com suas atribuições retornando ao Ministério da Marinha.
1919	Organização de cerca de 800 colônias de pesca, com o objetivo de criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional.
1932	A pesca deixa de ser atribuição do Ministério da Marinha e passa a integrar o Ministério da Agricultura, por meio da Divisão de Caça e Pesca, cujo objetivo principal era gerenciar as atividades pesqueiras.
1934	Publicação do Decreto nº 23.672 de 2 de janeiro de 1934, o Código de Caça e Pesca, que previa a entrega de relatórios mensais pelas diretorias das colônias à Divisão de Caça e Pesca.
1938	- Criação da Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca; - Publicação do Decreto-lei nº 291 de 23 de fevereiro de 1938, chamado de Lei da Expansão da Pesca; - Publicação do Decreto-lei nº 794 de 19 de outubro de 1938, conhecido como o primeiro Código de Pesca.
1942	As “Colônias de pesca” passaram para a jurisdição do Ministério da Marinha, enquanto o fomento e a orientação técnica continuaram a cargo do Ministério da Agricultura.
1943	Criação da Comissão Executiva da Pesca, com o objetivo de transformar as colônias em cooperativas de pesca no país.
1961	Criação do Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE), visando definir

as políticas públicas para o setor.

Fonte: Giuliatti & Assumpção, 1995; Cardoso, 2009; Dias-Neto, 2010; Azevedo & Pierri, 2014; Ramalho, 2014; Dias Neto & Dias, 2015; Goularti Filho (2017).

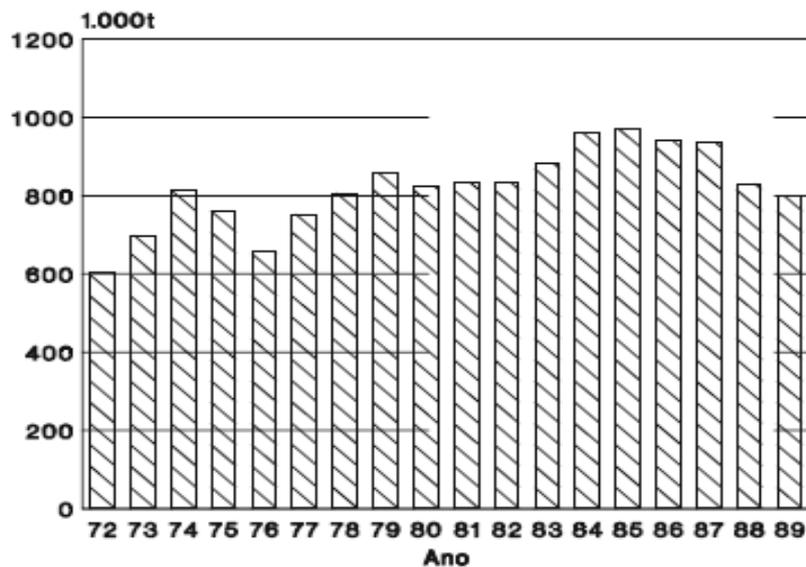
No município de Bragança, durante este período, a agricultura se constituía na principal atividade econômica, enquanto a pesca era estritamente de subsistência e artesanal, com a Colônia de Pescadores Z-17 tendo sido fundada em 22 de maio de 1922. Registros históricos evidenciam a ocorrência de um grande marco no âmbito municipal nesta fase: a inauguração da Estrada de Ferro em 3 de maio de 1908, obra que a colocava a cidade como potência no cenário econômico estadual, visto que abastecia Belém de diversos gêneros alimentícios (Brito, Saraiva & Silva, 2019).

3.2 O fomento e o incremento de demandas do setor - de 1962 a 2002

A SUDEPE, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, foi criada a partir da fusão da Divisão de Caça e Pesca, da Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca e do Conselho de Desenvolvimento da Pesca. Seus conselhos, deliberativo e consultivo, garantiam a participação de diversos ministérios, órgãos de fomento e organizações sociais. Depois da SUDEPE, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) também tiveram o desenvolvimento e fomento da pesca enquanto atribuição no âmbito federal, apesar das diretrizes serem diferentes.

No período da SUDEPE, a produção brasileira de pescado saiu de cerca de 300 mil toneladas na década de 1960 para aproximadamente 900 mil toneladas em meados da década de 1980, incremento promovido por políticas públicas voltadas ao fomento da atividade, como: os planos nacionais de desenvolvimento da pesca e a concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel utilizado por embarcações pesqueiras (Figura 2).

Figura 2. Produção brasileira de pescado oriundo do extrativismo no período de 1972 a 1989.



Fonte: Giuliatti & Assumpção (1995).

No estado do Pará, a ascensão da produção pesqueira também foi reflexo de políticas públicas. O ano de 1965 marcou a primeira iniciativa do Governo do Pará para fomento e desenvolvimento da pesca em seu território, onde o foco principal era a pesca industrial de arrasto do camarão rosa *Penaeus subtilis* (Pérez Farfante, 1967) e da piramutaba *Brachyplatystoma vaillantii* (Valenciennes, 1840). Porém, a marca de 100 mil toneladas de pescado só foi ultrapassada em 1999, com a pesca artesanal contribuindo com um volume muito superior ao da pesca industrial. A Tabela 1 apresenta a produção pesqueira do Brasil, da região Norte do país e do estado do Pará entre os anos de 1995 e 2002.

Tabela 1. Produção de pescado e a respectiva participação do extrativismo no Brasil, na região Norte e no estado do Pará no período de 1995 a 2002.

Ano	Brasil			Região Norte			Estado do Pará		
	Total (Mil t)	Pesca (Mil t)	%	Total (Mil t)	Pesca (Mil t)	%	Total (Mil t)	Pesca (Mil t)	%
1995	652,9	606,7	92,9	153,8	151,7	98,6	80,4	80,3	99,8
1996	693,1	632,4	91,2	146,3	144,1	98,4	66,8	66,7	99,7
1997	732,2	644,5	88	139,6	136,1	97,5	71,8	71	98,9
1998	710,7	606,7	85,4	137,3	130,7	95,1	69,7	68,8	98,8
1999	744,5	603,9	81,1	206,8	200,7	97,0	134,4	133,4	99,2
2000	843,3	666,8	79,1	225,9	217,5	96,2	145,6	144,4	99,2
2001	939,7	730,3	77,7	249,6	235,7	94,4	159,4	156,7	98,3
2002	1.006,8	755,5	75	272,9	257,1	94,2	174,2	171,9	98,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (2002).

Outro marco para o setor pesqueiro nesta época foi a instituição dos Fundos Constitucionais destinados à aplicação de programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e administrados pelas instituições financeiras de caráter regional. A Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, alterada pela Lei nº 9.126 de 10 de novembro de 1995, foi responsável pela criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, programa administrado pelo Banco da Amazônia S/A (BASA).

O estado do Pará foi quem mais recebeu recursos do FNO para a pesca artesanal, com mais de 1.200 operações de crédito entre novembro de 1989 a dezembro de 2004, perfazendo um valor total de cerca de R\$ 120,5 milhões. Segundo Isaac et al. (2006), no período de 1996 a 2000, 437 embarcações de pesca com menos de três toneladas foram financiadas via FNO.

Neste período, os municípios que concentravam os maiores desembarques de pescado eram: Belém, Bragança e Vigia de Nazaré. Neste contexto, Belém assume papel de destaque

pelo mercado consumidor mais atraente em termos de quantidade demandada e preço, além de sediar os principais estabelecimentos processadores de pescado.

O Quadro 2 reúne a cronologia das principais políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil e no estado do Pará de 1962 a 2002.

Quadro 2. Cronologia das principais políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil e no estado do Pará após a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) até a concepção da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR).

Ano	Política pública
<i>Esfera federal</i>	
1962	Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).
1963	Elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1963-1965).
1966	Criação Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).
1967	Publicação do Decreto-lei nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, o segundo Código de Pesca, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca.
1969	Elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1969-1974).
1973	Criação do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores e suas organizações.
1975	Elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1975-1979).
1980	Criação do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que incluiu uma coordenação de extensão pesqueira.
1989	- Extinção da SUDEPE e criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); - Instituição do Fundo Constitucional do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
1995	Criação do Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura (SINPESQ), com o objetivo de subsidiar o governo na gestão e elaboração de políticas públicas para o setor.
1996	Concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel utilizado por barcos pesqueiros de empresas nacionais.
1997	Integração da pesca artesanal ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).
1998	Criação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) ficando com a atribuição de fomentar a pesca.
<i>Esfera estadual</i>	
1965	Publicação do Decreto nº 4.721 de 5 de abril de 1965, que cria o Grupo Executivo de Pesca (GREPE), que tinha como finalidade coordenar, orientar, fiscalizar, assistir e promover as atividades de pesca no território do estado do Pará.
1989	- Estruturação do Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA); - A Constituição Estadual previu em seu Art. 244, a necessidade de elaboração de uma política estadual específica para o desenvolvimento dos setores pesqueiro e aquícola.
1994	Publicação da Lei Complementar nº 17 de 24 de janeiro de 1994, que regulamenta o parágrafo 3º do Art. 244 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a instalação, ampliação e operacionalização das indústrias de pesca pelo sistema de arrasto e dá outras providências.

Fonte: Giulietti & Assumpção (1995); Bezerra, (2000); Cardoso, (2009); Dias-Neto, (2010); Azevedo & Pierri, (2014); Ramalho, (2014); Dias Neto & Dias, (2015); Goularti Filho, (2017).

Estudos realizados neste município no início dos anos 2000 por Espírito-Santo & Isaac (2012), apontaram um crescimento de cerca de 300% da frota pesqueira em relação aos primeiros anos da década anterior. Ainda segundo os autores, esta situação foi promovida pelas operações de crédito via FNO e pela migração de embarcações originárias de outros estados brasileiros. De acordo com Furtado Júnior, Tavares & Brito (2006), a produção de pescado em Bragança entre 1997 e 2002 oscilou entre 15,1 e 22,4 mil toneladas (Tabela 2).

Tabela 2. Produção pesqueira no município de Bragança no período de 1997 a 2002.

Ano	Bragança (Mil toneladas)
1997	15,1
1998	22,4
1999	19,6
2000	16,7
2001	17,7
2002	17,0

Fonte: Furtado Júnior, Tavares & Brito (2006).

O pargo foi um dos recursos pesqueiros que propiciou migração de frota pesqueira para Bragança, em especial do estado do Ceará. No Brasil, a pesca do pargo teve início na década de 1950, em bancos oceânicos e na plataforma continental da Região Nordeste. Contudo, desde a década de 1990, sua captura vem ocorrendo principalmente no litoral amazônico, com este município concentrando a parcela mais significativa dos desembarques (Furtado Júnior, Tavares & Brito, 2006; Espírito-Santo & Isaac, 2012) (Tabela 3).

Tabela 3. Desembarque de pargo *Lutjanus purpureus* no município de Bragança e no estado do Pará no período de 1997 a 2002.

Ano	Produção (Mil toneladas)		
	Estado do Pará	Bragança	%
1997	7,1	3,5	50,4
1998	5,2	2,1	41,5
1999	6,4	5,1	80,4
2000	4,7	2,3	50,3
2001	4,9	4,5	92,9
2002	5,6	3,7	66,1

Fonte: Furtado Júnior, Tavares & Brito (2006).

Além do pargo, as lagostas espinhosas também promoveram migração de frota para Bragança e para o seu município vizinho, Augusto Corrêa (Tabela 4). De acordo com Porto et al. (2005) e Lima et al. (2014), a exploração deste recurso pesqueiro no Brasil teve início na década de 1950 no estado do Ceará, chegando ao litoral amazônico na década 1990, tendo como foco o mercado externo, principalmente os Estados Unidos.

Tabela 4. Desembarque de lagosta *Panulirus* spp. no município de Bragança e no estado do Pará no período de 1997 a 2002.

Ano	Produção pesqueira de lagosta (toneladas)				
	Estado do Pará	Bragança	%	Augusto Corrêa	%
1997	70,6	67,6	95,7	-	-
1998	726	239,9	33,1	483	66,5
1999	246,8	65,6	26,6	173,8	70,4
2000	289	27,3	9,5	260,8	90,2
2001	1.121	313,2	27,9	808	72
2002	911,4	45	4,9	694,8	76,2

Fonte: Furtado Júnior, Tavares & Brito (2006).

3.3 A robustez institucional e o seu declínio - de 2003 aos dias atuais

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), que dentre as suas principais competências teve: o assessoramento direto ao Presidente da República para a elaboração de diretrizes dirigidas ao setor, a organização do Registro Geral da Pesca (RGP), o estabelecimento de medidas de fomento, o ordenamento da Aquicultura, a concessão de licenças, permissões, e autorizações para a prática pesqueira e aquícola, e a autorização de arrendamento de embarcações estrangeiras (Goularti Filho, 2017). Esta estrutura evoluiu ao patamar de Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2009, pasta que existiu até 2015, quando começou a perder espaço no âmbito do cenário institucional federal.

O Governo Municipal de Bragança seguiu a linha de atuação do Governo Federal e criou a Secretaria Municipal de Economia e Pesca também no ano de 2003, enquanto o Governo do estado do Pará o fez apenas em 2007, com a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAq). O referido órgão estadual também foi extinto em 2015, mas Bragança manteve a estrutura, inclusive com uma mudança de nome e finalidade em 2018 para Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca (SEMAP), sem a atribuição de promover outras atividades da economia local. Porém, com resultados pouco efetivos sobre o seu desenvolvimento da atividade.

O Quadro 3 apresenta a cronologia das principais políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil, no estado do Pará e no município de Bragança a partir de 2003.

Quadro 3. Cronologia das principais políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil, no estado do Pará e no município de Bragança após a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) até os dias atuais.

Ano	Política pública
<i>Esfera federal</i>	
2003	Criação da Secretaria especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), órgão responsável pela formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção de pescado no país.
2004	Estabelecimento do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) para o registro e o permissionamento de embarcações pesqueiras, pescadores profissionais, pescadores amadores/esportivos, aquicultores, aprendizes de pesca, armadores de pesca, indústrias aquícolas e pesqueiras e empresas de comércio de animais aquáticos vivos.
2005	Regulamentação da Lei nº 10.849 de 23 de março de 2004, que cria o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA).

2006	Instituiu o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada.
2008	Criação do Plano Mais Pesca e Aquicultura para fortalecimento do setor pesqueiro, no que se refere à infraestrutura e logística, como ações de recuperação, ampliação e manutenção de iniciativas no âmbito da cadeia produtiva. Criação do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira (ATEPA).
2009	Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).
2009	Publicação da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, a Nova Lei da Pesca.
2010	- Criação do Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal (REVITALIZA); - Lançamento do Plano Safra das Águas 2011-2012.
2012	Lançamento do Plano Safra Pesca e Aquicultura 2012-2014.
2015	- Criação do Plano Safra Pesca e Aquicultura 2015/2016; - Extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), com a pesca passando a ser atribuição do MAPA.
2017	Desenvolvimento e fomento da pesca passam a ser atribuição do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).
2019	Criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para assumir as funções então alocadas no MDIC.
<i>Esfera estadual</i>	
2004	Lei nº 6.674 de 2 de agosto de 2004 que dispunha sobre a reestruturação organizacional da Secretaria Executiva de Estado de Agricultura (SAGRI), com criação da Diretoria de Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca (DIDAP) e duas gerências: Gerência da Área de Desenvolvimento da Pesca (GAPES) e Gerência da Área de Desenvolvimento da Aquicultura (GAAQ).
2005	- Publicação da Lei nº 6.713 de 25 de janeiro de 2005, que regulamenta a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará para regular as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, bem como a distribuição das competências para os órgãos públicos do Estado; - Edital nº 001 de 17 de outubro de 2005 da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA), com vagas para contratação de Engenheiros de Pesca e Técnicos em Pesca.
2006	Publicação do Decreto nº 2.020 de 24 de janeiro de 2006, que regulamenta a Lei nº 6.713, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regulando as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura, e dá outras providências.
2007	Publicação da Lei nº 7.019 de 24 de julho de 2007, que cria a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAq), com a missão de promover a sustentabilidade nas atividades de pesca e aquicultura no Estado do Pará; Edital Nº 01/2007 - Concurso público (C-133) para provimento de 212 (duzentos e doze) cargos de nível superior, de nível médio e de nível fundamental da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (SEPAq).
2008	Realização do “Diagnóstico da Pesca e Aquicultura do Estado do Pará”, cujo conteúdo abrangeu as modalidades de pesca de subsistência, artesanal, industrial, esportiva e aquicultura.
2010	Publicação do Decreto nº 2.634 de 2 de dezembro de 2010, que aprova o regulamento com os requisitos mínimos para processamento e comercialização de massa de caranguejo artesanal.
2011	Publicação da Lei nº 7.565 de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre normas sobre

	normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará, e dá outras providências.
2014	Publicação da Portaria ADEPARÁ nº 159 de 31 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Regulamento de Identidade Técnica e Qualidade Higiênico-Sanitária de Carne de Caranguejo Congelada e Patas de Caranguejo Congeladas.
2015	Publicação da Lei nº 8.096 de 1º de janeiro de 2015, que extinguiu as secretarias especiais e modificou a estrutura de órgãos da administração direta e indireta. A Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) é o resultado da fusão das Secretarias Estaduais de Agropecuária e da Pesca e tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento das atividades agropecuárias visando o bem-estar das gerações presentes e futuras, em benefício da sociedade.
<i>Esfera municipal</i>	
2003	Lei Municipal nº 3.616 de 14 maio de 2003, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP).
2005	- Implantação do curso de Engenharia de Pesca no <i>Campus</i> Universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará.
2007	Concurso Público nº 001 / 2007, com oferta de uma vaga para contratação de Engenheiro de Pesca e uma para Técnico em Pesca.
2008	- Implantação do projeto de Monitoramento Pesqueiro no Posto Fiscal de Bragança; - Implantação do curso de Técnico em Pesca no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)/ <i>Campus</i> Bragança.
2011	Concurso Público nº 001/2011, com oferta de uma vaga para contratação de Engenheiro de Pesca.
2013	Implantação do “Projeto Cadastrar: Conhecendo os Pescadores da Região Bragantina”.
2013	Realização da Primeira Feira do Pescado Municipal, ação executada anualmente.
2013	Realização de curso de aquaviários pela Marinha do Brasil, ação executada anualmente.
2017	Revitalização do Mercado de peixe do município de Bragança.
2018	Publicação da Lei nº 4.647/2018, que dispõe sobre a Política Aquícola e Pesqueira no município de Bragança, cria a Secretaria de Aquicultura e Pesca.

Fonte: Giulietti & Assumpção, (1995); Bezerra, (2000); Cardoso, (2009); Dias-Neto, (2010); Azevedo & Pierri, (2014); Ramalho, (2014); Dias Neto & Dias, (2015); Viana et al., (2016); Goularti Filho, (2017); Farias et al, (2018).

No período de 2003 a 2011, última estatística oficial disponível, a produção pesqueira no Brasil, na região Norte e no estado do Pará não sofreu grandes incrementos ou mesmo oscilações (Tabela 5). Segundo Dias Neto, (2010), a SEAP mesmo aplicando recursos orçamentários anuais de significativa monta, não obteve grandes realizações para o setor da pesca, mantendo um desempenho similar ao DPA/MAPA, o que pode significar um quadro de sobreexploração dos principais estoques e a necessidade de desenvolvimento de tecnologia para a captura de outras espécies.

Tabela 5. Produção pesqueira em toneladas, no período de 2003 a 2011, Pará, Região Norte e no Brasil - IBAMA/CEPNOR.

Ano	Brasil			Região Norte			Estado do Pará		
	Total (Mil t)	Pesca (Mil t)	%	Total (Mil t)	Pesca (Mil t)	%	Total (Mil t)	Pesca (Mil t)	%
2003	990,2	712,1	71,9	245	230,6	94,1	154,5	152,3	98,6
2004	1.015,9	746,2	73,5	252,3	234,5	92,9	153,8	151,5	98,5
2005	1.009	751,2	74,5	245,3	225,2	91,8	146,8	144,5	98,4
2006	1.050,8	779,1	74,1	255,8	233,5	91,2	152,8	150,3	98,4
2007	1.072,2	783,1	73	238,3	212,0	88,9	129,9	127,7	98,3
2008	1.156,4	791	68	270,4	240,2	88,8	151,4	148	97,8
2009	1.240,8	825,1	66	265,7	229,2	86,2	138	134,1	97,2
2010	1.264,7	785,3	62	274	232,1	84,7	143	138,5	96,8
2011	1.431,9	803,2	56	326,1	231,4	70,9	153,3	142,9	93,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (2007) e Ministério da Aquicultura (2011).

No âmbito municipal, a atuação da SEMEP, atual SEMAP, foi historicamente limitada pela indisponibilidade orçamentária do órgão, ou seja, pela escassez de recursos financeiros para a realização de melhorias infraestruturais demandadas pelo setor, como portos de desembarque e espaços públicos de comercialização.

3.4 Cenário atual do setor pesqueiro no município de Bragança

Constatou-se um total de 92 empreendimentos integrando a cadeia produtiva da pesca no município de Bragança, entre estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, lojas de materiais para pesca, estaleiros artesanais, fábricas de gelo, postos de combustível, empresas de captura, estabelecimentos processadores e distribuidores (Tabela 6).

Tabela 6. Número de empreendimentos por elo da cadeia produtiva da pesca no município de Bragança, estado do Pará.

Elo da cadeia produtiva	Empreendimentos	Mais antigo	Mais novo
Insumos	41	1972	2018
Produção	16	1987	2020
Transformação	2	2001	2003
Distribuição	33	2008	2020
Total	92	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 exhibe a lista dos empreendimentos do elo de insumos sediados em Bragança, contendo o nome fantasia, o ano de fundação e o capital social dos estabelecimentos.

Tabela 7. Lista de empreendimentos do elo de insumos da cadeia produtiva da pesca no município de Bragança, estado do Pará.

Tipo de empreendimento	Nome fantasia	Ano de fundação	Capital social (R\$)
Estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios	Beira-Rio	21/07/2008	100.000,00
	Supermercado do Carlito	12/05/2009	250.000,00
	Supermercado Sousa	02/01/2012	300.000,00
	Comercial São Pedro	06/03/2012	100.000,00
	Comercial Bandeira	27/12/2013	200.000,00
Lojas de materiais de pesca	Samaria comercial	27/11/1987	50.000,00
	Constru-Pesca	15/03/1999	100.000,00
	Ponto da Pesca	16/08/2005	100.000,00
	Brasil pescados	28/09/2006	100.000,00
	COMEP-comercio de motores e pecas	16/11/2010	50.000,00
	Valber Pescados	23/02/2012	180.000,00
	Manoel Feliciano da Silva Filho	11/09/2012	100.000,00
	Loja do Pescador	10/08/2012	100.000,00

	O Barbadinho	08/09/2012	150.000,00
	Maré Mansa	12/12/2012	150.000,00
	Albatroz Pesca e Cia	04/07/2013	150.000,00
	Sucesso da Pesca LTDA	28/01/2016	300.000,00
	Norte Caca e Pesca Eireli	23/09/2016	88.000,00
	Ceará	19/04/2018	6.700,00
Tornearias mecânicas	Tornearia e Oficina JN	22/01/2013	100.000,00
	Oficina Beiradão	20/01/2013	60.000,00
	Tornearia do Gordo	22/06/2017	50.000,00
	Tornearia do Paulista	19/08/2017	70.000,00
Estaleiros artesanais	Estaleiro pioneiro	18/10/1972	-
	Beira-Mar	-	-
	Estaleiro do Job	-	-
	Estaleiro Sapucaia	-	-
Fábricas de Gelo	Gelobrás	24/03/1997	99.800,00
	Gelo Mar: Industria de Gelo	13/09/1999	200.000,00
	Martha	22/10/1999	110.000,00
	Rio Caeté	20/02/2003	1.000.000,00
	GPesca	06/02/2006	100.000,0
	Posto e Geleira Ajuruteua	09/07/2009	120.000,00
	Costa Norte Comercio de Gelo e Pescado	12/08/2009	30.000,00
	Igepel	25/05/2010	2.000.000,00
	FGerry	26/05/2015	200.000,00
Postos de combustível	Compesca	-	-
	Marujada	-	-
	FGerry	25/05/2010	2.000.000,00
	GPesca	20/02/2003	1.000.000,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 8 apresenta a lista dos empreendimentos dos elos de produção, transformação e distribuição, com o nome fantasia dos estabelecimentos, seu ano de fundação e capital social.

Tabela 8. Lista dos empreendimentos dos elos de produção, transformação e distribuição da cadeia produtiva da pesca no município de Bragança, estado do Pará.

Elo da cadeia produtiva	Nome fantasia	Ano de fundação	Capital social (R\$)
Produção	Frigorífico Otávio Pesca	20/11/1987	40.000,00
	Costa Pescados	22/04/1992	100.000,00
	Jose Otávio Pesca	06/05/2005	50.000,00
	Micapel	21/10/2006	50.000,00
	Zema Pescados	26/04/2007	100.000,00
	Marly Pescados	25/02/2008	70.000,00
	Rocha Pescados	10/06/2011	50.000,00
	Rafael Pescados	27/07/2011	50.000,00
	Beira-Mar Pescados	14/11/2013	50.000,00
	Bragança Pescados	28/11/2013	200.000,00
	Caranguejo-uçá	14/12/2014	10.000,00
	Riozinho Pescados	12/08/2016	200.000,00
	Rafing Pesca	18/12/2017	200.000,00
	João Pescados	04/01/2019	100.000,00
	Ângela Pesca	10/02/2020	10.000,00
Pérola Pescados	28/02/2020	105.000,00	
Transformação	Delta pescados	05/09/2001	100.000,00
	GPesca	20/02/2003	1.000.000,00
Distribuição	Chico Mendes Pescados	16/01/2008	120.000,00
	Costa Norte Comércio de Gelo e Pescado	09/07/2009	120.000,00
	Filé do mangue / Filé do mar	27/10/2009	50.000,00
	Alemão Pescados	06/12/2010	50.000,00
	F. Gerry Pescados	25/05/2010	2.000.000,00
	Aquamar	11/11/2010	400.000,00

Nalia Pescados	13/01/2011	80.000,00
R. K. Pesca	10/11/2011	100.000,00
Bf Pescados	16/09/2011	12.000,00
R. K. Pesca	10/11/2011	100.000,00
J. Q. S. Pescados	01/10/2013	40.000,00
Fábio Comércio e Pescados	28/03/2014	120.000,00
Disk Pescados	10/02/2014	3.000,00
Amazônia Pescados	20/02/2014	100.000,00
Fabrcio Pescado	18/08/2015	60.000,00
Filé do mangue	03/11/2015	Filial
Andrei Pescados	22/05/2015	150.000,00
M & A Pescados	27/02/2017	1.000,00
Reis do Mar	13/03/2017	30.000,00
Gtj Pescado	03/01/2018	1.000,00
Gn Pescados	26/01/2018	100.000,00
Henrique Pescados	30/01/2018	5.000,00
RI Pescados	09/02/2018	60.000,00
Jando Pescados	16/02/2018	40.000,00
Ilton Pescados	07/05/2019	100.000,00
Messias Pescados	08/05/2019	10.000,00
Wr Pescados	25/06/2019	6.000,00
Fish Export	02/08/2019	150.000,00
André Pescado	20/08/2019	7.000,00
W & N Pescados	10/02/2020	300.000,00
Pérola Pescados	28/02/2020	105.000,00
Oceania Pescados	16/03/2020	150.000,00
Atlântida Pescados	30/03/2020	120.000,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, considerando que atualmente a pesca representa a principal atividade econômica do município de Bragança, é possível inferir que a evolução de indicadores socioeconômicos a partir da década de 1990, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, foi diretamente influenciada, entre outros

aspectos macroeconômicos, pela estruturação desta cadeia produtiva, dada a sua capacidade de gerar trabalho e renda para a população local, bem como de atrair investimentos.

4. Conclusão

O substancial incremento do desembarque pesqueiro no município de Bragança entre 1990 e 2005 se deu principalmente por dois fatores: operações de crédito direcionadas a atividade, em especial com recursos do FNO, e a migração de frotas pesqueiras do Nordeste brasileiro para a região, basicamente para captura de pargo e lagosta. Esta situação promoveu aumento na demanda de bens e serviços para construção, armação e manutenção das embarcações, assim como propiciou oportunidades de investimento em estabelecimentos processadores e empresas de distribuição de pescado, formando um Arranjo Produtivo Local (APL).

Este trabalho mapeou 92 empreendimentos comerciais de diferentes portes, entre fornecedores de insumos, empresas de captura, unidades de beneficiamento de pescado e distribuidores, que fazem da pesca o setor mais relevante da economia local. Porém, ainda carente de políticas públicas estaduais e municipais mais efetivas, como: 1) melhoria da infraestrutura para desembarque de pescado nos principais portos, inclusive na sede, de forma a propiciar condições higiênico-sanitárias adequadas para o produto e condições de trabalho satisfatórias aos envolvidos no processo; 2) adequação dos espaços públicos de comercialização do pescado, mercados e feiras livres, visando torná-los mais atrativos ao consumidor e garantir a segurança alimentar dos produtos; 3) viabilizar a construção de cenários favoráveis à aplicação responsável de crédito rural para a atividade, auxiliando os atores sociais em termos de organização social, acesso à assistência técnica e aproximação de agentes financeiros; 4) Monitoramento do desembarque pesqueiro, com o intuito de balizar políticas públicas de acordo com as especificidades das pescarias e das localidades; e 5) ações de ordenamento das pescarias que ocorrem no âmbito do território municipal, em parceria com a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Referências

- Azevedo, N. T., & Pierri, N. (2014). A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, 32 (Edição especial), 61-80. <https://doi.org/10.5380/dma.v32i0.35547>
- Bentes, B., Isaac, V. J., Espírito-Santo, R. V., Frédou, T., Almeida, M. C., K. Mourão, R. M., & Frédou, F. L. (2012). Multidisciplinary approach to identification of fishery production systems on the northern coast of Brazil. *Biota Neotropica*, Campinas, 12 (1), 81-92. <https://doi.org/10.1590/S1676-06032012000100006>
- Bentes, B. S., Aragão, J. A. N., Freire, J. L., Lutz, I. A. F., Sarmiento, G. C. & Gomes, T. (2017). Documento técnico sobre a situação atual das pescarias do pargo na região Norte do Brasil. Bragança, PA: Fishery Progress, 132p. Recuperado de <https://fisheryprogress.org/sites/default/files/indicators-documents/Diag%20T%C3%89C%20FIP%20PARGO%20JULHO%202017.pdf>
- Bezerra, P. R. S. (2000). Os pescadores e a recente normatização da pesca no estado do Pará: elementos para o reconhecimento da expressão ambientalista num movimento social. *Papers do NAEA*. Belém, 20 (127), 1-14. Recuperado de <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paperPesquisa/ano/1996?page=2&pesquisa=1&end=2000>.
- Brito, J. A., Saraiva, J. S. & Silva, J. S. (2019). Região de integração do rio Caeté: uma visão socioeconômica e histórico cultural do município de Bragança-PA. *Revista GeoAmazônia*, Belém, 7 (13), 168-182. Recuperado de <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/index>.
- Cardoso, E. S. (2009) Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. *Revista Pegada Eletrônica*, Presidente Prudente, 10 (2), 1-14. Recuperado de <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1698/1629>.
- Dias Neto, J. (2010). Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. *Revista CEPESUL - Biodiversidade e Conservação Marinha*, Itajaí, 1 (1), 66-80.

Recuperado de <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/component/search/?searchword=JOS%C3%89%20DIAS%20NETO&searchphrase=all&Itemid=999999>.

Dias Neto, J., & Dias, J. F. O. (2015). O uso da biodiversidade aquática no Brasil: uma avaliação com foco na pesca. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, 288p. Recuperado de https://www.pesca.pet/wp-content/uploads/2018/10/Neto_Dias_2015.pdf.

Espírito-Santo, R. V., & Isaac, V. J. (2012). Desembarques da pesca de pequena escala no município de Bragança-PA, Brasil: esforço e produção. Boletim do Laboratório de Hidrobiologia, São Luís, 25 (1), 31-48. Recuperado de <http://www.periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/blabohidro/article/view/1951>.

Farias, R. C. M., Filgueiras, G. C., Almeida, O. T. & Mathis, A. (2018). Políticas públicas de crédito rural para cadeia produtiva da pesca e aquicultura no Brasil e região Norte, em período recente. Papers do NAEA, Belém, 28 (392), 1-30. Recuperado de <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/473>.

Furtado Júnior, I., Tavares, M, C, S., & Brito, C, S. F. (2006). Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueira. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas, Belém, 1 (2), 95-111. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000200008>.

Giulietti, N., & Assumpção, R. (1995). Indústria pesqueira no Brasil. Agricultura em São Paulo, São Paulo, 42 (2), 95-127. Recuperado de <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ASP6-0295.pdf>.

Goularti Filho, G. (2017). Da SUDEPE à criação da secretaria especial de aquicultura e pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Brasília, 49 (1), 387-412. Recuperado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8244/1/ppp_n49_Sudepe.pdf.

Lima, W. M. G., Mendes, N. C. B., & Silva, B, B. (2014). Estudo da produção pesqueira e fecundidade de lagostas no Norte do Brasil, municípios de Bragança e Augusto Corrêa-PA.

Biota Amazônia, Macapá, 4(3), 48-56. doi: <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v4n3p48-56>

Lima, L. L., Steffen, M. W. & D'Ancenzi, L. (2018). Políticas públicas. In: Lima, L. L., & D'Ascenzi, L. (2018). Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. Porto Alegre: Editora Metamorfose, 35-82.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). Estado do Pará. Recuperado de <http://www.ibge.gov.br>.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Estatística da pesca 2002: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 129. Recuperado de <http://www.pesca.ufes.br/sites/pesca.ufes.br/files/Estatistica%20da%20Pesca%202002.pdf>.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis . Estatística da pesca 2002: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 129 p. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2008_2009_nac_pesca.pdf.

Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R (2020). Pesquisa social - teoria, método e criatividade: Editora vozes. 96p.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. (2013). Boletim estatístico de pesca e aquicultura do Brasil 2011. Brasília: República Federativa do Brasil. 60p. Recuperado de https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bo1_bra.pdf.

Pará. (2018). Inventário da oferta turística do município de Braganca-PA. Belém-PA, 2018. Recuperado de http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/inventario_braganca2018dezembro_copia-compressed-ilovepdf-compressed.pdf.

Pará. Fundação Amazônia de Amparo e Estudos e Pesquisas (FAPESPA). (2019). Fapespa divulga o resultado do PIB dos Municípios Paraenses. Recuperado de <http://www.fapespa.pa.gov.br/noticia/1693>.

Partelow, S., Glaser, M., Solano Arce, S., Barboza, R. S. L., & Schlüter, A. (2018). Mangroves, fishers, and the struggle for adaptive comanagement: applying the social-ecological systems framework to a marine extractive reserve (RESEX) in Brazil. *Ecology and Society*, Wolfville, 23 (3), 1-22. <https://doi.org/10.5751/ES-10269-230319>

Porto, V. M. S., Cintra, I. H. A., & Silva, K. C. A. (2005). Sobre a pesca da lagosta-vermelha *Panulirus argus* (LATREILLE, 1804), na Costa Norte do Brasil. *Boletim Técnico Científico Cepnor*, Belém, 5(1), 83 – 92. doi: 10.17080/1676-5664/btcc.v5n1p83-92

Ramalho, C. W. N. (2014). Estado, pescadores e desenvolvimento nacional: da reserva naval à aquícola. *Revista Ruris*, Campinas, 8 (1), 31-62. Recuperado de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1740/1156>.

Secchi, L. (2013). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2a Edição. São Paulo: Cengage Learning. 188p.

Silva, E. S. C., Cunha, D. S., Araújo, C. S. P., Sales, A. B., & Holanda, F. C. A. F. Cadeia de comercialização do pescado desembarcado no posto fiscal de Bragança, estado do Pará. *Arquivos de Ciências do Mar*, Fortaleza, 45 (1), 82-87. Recuperado de http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8582/1/2012_art_escsilva.pdf.

Veríssimo, J. (1895). A pesca na Amazônia. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves. 206 p.

Viana, J. S., Silva, L. R. B., Lopes, T. V. & Passos, P. H. S. (2016). Políticas Públicas: análise sobre a política pesqueira do estado do Pará – O caso da SEPAq/PA. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. 34 (4), 1-14. Recuperado de <http://www.eumed.net/ver/ccss/2016/04/pesca.html>.

WWF - World Wide Fund for Nature. (2016). Situação atual e tendências da pesca marinha no Brasil e o papel dos subsídios. São Paulo: WWF. 76p. Recuperado de

https://www.pescamadora.com.br/wp-content/uploads/WWF_subsidios_da_pesca_no_brasil.pdf.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Jakson Brito Lima – 30%

Marcos Ferreira Brabo – 25%

Josinaldo Reis do Nascimento – 5%

Marcos Antônio Souza dos Santos – 10%

Adriana Castelo Branco de Siqueira – 5%

Maria Fernanda Brito do Amaral – 25%